

# *divida externa*

# não cumprirá meta do déficit público

BRASILIA — O Governo só conseguiria cumprir a meta do déficit do setor público para 1983, fixada em Cr\$ 19,35 trilhões no memorando técnico enviado ao Fundo Monetário Internacional, se obtivesse, nos dois últimos meses do ano, uma inflação mensal de 2,2 por cento. Como tal performance é tida como praticamente impossível, a meta não será cumprida, revelou ontem fonte da área econômica que participa dos entendimentos com o FMI.

Segundo esta fonte, diante da impossibilidade de uma queda drástica da inflação, a curto prazo, o Governo só poderia tomar novas medidas de contenção dos gastos públicos, cortando ainda mais os investimentos

nessa área, como forma de compensar — dentro do menor prazo possível — a aceleração do processo inflacionário.

Esse foi o quadro apresentado pelo Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em sua visita ao Fundo Monetário Internacional nestes dois últimos dias.

Entregues ao gerente-geral do FMI, Jacques de Larosière, os números referentes ao déficit do setor público serão divulgados oficialmente pelo Banco Central, no mais tardar, até o início da próxima semana.

De acordo com as estatísticas a serem divulgadas pelo Banco Central — comenta a mesma fonte —, pode-

se concluir que no trimestre encerrado em setembro, só o Governo central — a União, o Banco Central e o Banco do Brasil e as empresas estatais — tem-se esforçado para reduzir seus gastos.

O déficit da União ficou 20 por cento abaixo do teto de Cr\$ 3,7 trilhões acertado com o Fundo Monetário para o trimestre de julho a setembro e o déficit das estatais também ficou abaixo do limite com uma redução de Cr\$ 200 bilhões em relação à meta de Cr\$ 7,4 trilhões.

Os Estados e municípios, ao contrário — revelou a fonte — não estavam esforçando já que ultrapassaram o limite acertado, de Cr\$ 4,2 trilhões, em cerca de Cr\$ 147 milhões.